

Biodiversidade

Senadora quer índios cobrando o Congresso

A senadora Marina Silva (PT-AC) defendeu ontem que as comunidades indígenas da Amazônia acompanhem as discussões sobre a biopirataria no Brasil e pressionem o Congresso para aprovar o projeto de lei nº 306/95, que regulamenta o acesso à biodiversidade da região, a conservação das espécies e prevê a distribuição dos benefícios obtidos com a utilização dos recursos naturais.

Autora do projeto, a senadora participou ontem de seminário sobre biodiversidade e direitos indígenas, que se encerra hoje no Centro de Treinamento Padre José de Anchieta, no Japiim (Zona Sul). Trinta representantes de grupos indígenas regionais participaram.

O projeto de Marina Silva já foi aprovado pelos senadores no primeiro semestre do ano e aguarda apreciação na Câmara dos Deputados.

Segundo a senadora, os índios possuem conhecimentos valiosos sobre a aplicação de centenas de espécies da flora e da fauna regional e por isso despertam o interesse de grandes laboratórios e pesquisadores dos países desenvolvidos. "Mesmo detendo todo esse saber, isso não é reconhecido e o índio tão pouco é remunerado", afirmou.

A senadora lembrou do caso de biopirataria ocorrido com os índios da tribo Uapichana, que vivem ao Norte de Roraima e também na Guiana. Ela contou que o químico Conrad Gorinsky, da Fundação para Etno-

biologia, sediada em Londres, já obteve do escritório de patentes europeu o direito de propriedade intelectual sobre dois compostos farmacológicos originários de plantas da Amazônia muito utilizadas pelos Uapichanas.

Depois de conviver com os índios, Gorinsky verificou que uma árvore chamada de 'bibiru' tem uma semente usada pelos Uapichanas como anticoncepcional. Da semente é extraído o 'rupununine', uma substância cujas propriedades, com fins anticoncepcionais, também podem ser aplicadas para inibir o crescimento de tumores cancerígenos e até para controlar o vírus da aids.

Outra planta 'levada' por Gorinsky é chamada pelos índios de 'cunani' (Clibadium sylvestre), que é uma planta usada pelo Uapichanas para desenvolver a pesca. Dessa espécie, retira-se o 'cunaniol' que, segundo as pesquisas do químico, é o mais potente estimulante do sistema nervoso central já descoberto. Entre as suas possíveis aplicações destacam-se as propriedades anestésicas que seriam um instrumento revolucionário para as cirurgias em que se faz necessária a parada dos batimentos cardíacos.

"Como não existe uma lei que regulamenta o acesso à nossa biodiversidade, o volume de espécies que são usurpadas é muito grande. No Brasil não existe nem estimativas de quanto se perde todos os anos para a biopirataria", disse a senadora.

Prejuízo passa de US\$ 5 bilhões

A retirada ilegal de extratos de plantas, fungos, insetos e outras espécies da fauna e flora dão um prejuízo de mais de US\$ 5 bilhões, por ano, aos países subdesenvolvidos. O maior número de denúncias sobre biopirataria recai sobre os Estados Unidos, Japão, Itália e Inglaterra.

"Aqui, no Brasil, não existe um controle sobre a saída de recursos naturais e a lei visa criar um mecanismo que combata essa realidade", disse Marina Silva. Segundo ela, existem laboratórios americanos e italianos que faturam US\$ 25 milhões com uma planta da Amazônia, além de um laboratório japonês que ganha mais de US\$ 30 milhões utilizando uma espécie de sapo da região. "O abuso é tão grande que um laboratório estrangeiro chegou a tirar sangue de índios de Rondô-

nia para pesquisar", alerta a senadora do PT.

De acordo com Marina Silva, já foi feito um levantamento das denúncias de biopirataria na Amazônia e no País. O relatório foi enviado ao Ministério Público (MP) para que fossem tomadas providências com os envolvidos. O problema é que o Brasil ainda não tem uma lei específica sobre o assunto e o MP e as autoridades brasileiras têm que esperar primeiro a aprovação da lei para depois agir. "O que podemos fazer no momento é que, como o Brasil é signatário da Convenção da Biodiversidade e outros países também são, podemos tomar algumas medidas usando o direito internacional com aqueles países que não estejam cumprindo a Convenção", afirma a senadora.



A senadora Marina Silva fala aos índios que participam de seminário sobre biodiversidade

Projeto tem dois pontos básicos

O projeto de lei nº 306/95, de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC), possui dois pontos básicos: o controle do acesso aos recursos genéticos do País, que só poderiam ser retirados de forma sustentada para evitar o fim da espécie; e a valorização do conhecimento das populações tradicionais.

Com relação a este ponto, a senadora explicou que as populações de índios, caboclos, ribeirinhos, curandeiros e parteiras possuem determinados conhecimentos que são valiosos para os pesquisadores.

De cada mil indicações para a cura de doenças utilizando plantas, feitas por comunitários, uma tem retorno econômico certo. Sem as informações da comunidade seriam necessárias dez mil indicações. Caso o pesquisador use as informações e desenvolva remédios a partir das propriedades da planta indicada, a comunidade precisa ser remunerada, segundo a senadora do PT. "Queremos que o saber tradicional seja reconhecido, valorizado e também pago. O que vemos é que há muita usurpação de conhecimento", declarou.

O aspecto revolucionário do projeto é a partilha de benefício. Há denúncias de que laboratórios estrangeiros estariam ganhando milhões de dólares com remédios ou outros produtos elaborados com espécies da biodiversidade amazônica. "Se essas empresas estão tendo lucro, terão que pagar ao País pela utilização do recurso natural e também às populações que detinham o conhecimento", disse Marina Silva, ressaltando que a partilha incentivaria investimentos no Brasil, com geração de empregos e de receita para estados e municípios.

O projeto também assegura a participação de cientistas nacionais nas pesquisas promovidas por empresas estrangeiras, além de sanções penais e administrativas aos infratores envolvidos com a biopirataria.

Usurpação - Por enquanto, ainda não foi definida a data que o projeto será apreciado pelos deputados, mas a senadora já recebeu várias denúncias que empresas estrangeiras, sabendo que o PL está na Câmara, estariam aproveitando o momento para retirar o máximo de plantas e animais do Brasil antes da aprovação do projeto. "Quanto mais rápido aprovarmos a lei, melhor para o País e para as pessoas que detêm o conhecimento tradicional", avisou Marina Silva.

Comissão percorrerá aldeias indígenas

Uma comissão formada por representantes dos Uapichanas e especialistas na área de biopirataria e biodiversidade vai percorrer as tribos localizadas ao Norte de Roraima e alertar os índios para o 'roubo' de conhecimentos e de espécies da fauna e flora. O advogado do Instituto Socioambiental, com sede em São Paulo, André Lima, informou ontem que já existem denúncias contra o governo da Guiana, onde também existem aldeias de Uapi-

chanas. As autoridades daquele país estariam estudando a possibilidade de vender as terras dos índios à instituições de pesquisa estrangeiras para facilitar o acesso as plantas e outras espécies da reserva indígena.

Conscientização - A senadora Marina Silva quer elaborar uma carta popular para distribuir entre as comunidades indígenas, ribeirinhos e caboclos mostrando que a biodiversidade é 'poder' e é

importante tanto para a economia de uma localidade e de um país quanto para a questão ambiental.

A cartilha seria um instrumento para despertar as comunidades que passariam a proteger mais seus recursos naturais. "As pessoas da nossa região agem muito de boa-fé e se sabem de um remédio para dor de cabeça, por exemplo, não vão negar nunca essa informação a quem está precisando", disse a senadora Marina Silva.